Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 7

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 17

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 43

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 45

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.076.692.000
Preferenciais	0
Total	1.076.692.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	3.362.151	4.130.744
1.01	Ativo Circulante	475.880	1.320.747
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.944	1.038.528
1.01.03	Contas a Receber	114.791	98.456
1.01.03.01	Clientes	114.791	98.456
1.01.04	Estoques	103.571	79.185
1.01.06	Tributos a Recuperar	71.315	89.173
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	71.315	89.173
1.01.06.01.01	Crédito de imposto de renda e contribuição social	36.167	33.975
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	35.148	55.198
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.259	15.405
1.01.08.03	Outros	13.259	15.405
1.02	Ativo Não Circulante	2.886.271	2.809.997
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.777	45.994
1.02.01.07	Tributos Diferidos	24.802	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.802	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	114.975	45.994
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados	111.674	40.855
1.02.01.10.04	Crédito de imposto de renda e contribuição social	1.882	1.454
1.02.01.10.05	Outros créditos fiscais a recuperar	1.216	3.442
1.02.01.10.06	Direito de Uso	81	120
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	122	123
1.02.03	Imobilizado	2.741.351	2.758.694
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.667.308	2.730.080
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	74.043	28.614
1.02.04	Intangível	5.143	5.309
1.02.04.01	Intangíveis	5.143	5.309

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	3.362.151	4.130.744
2.01	Passivo Circulante	526.321	195.434
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.399	9.122
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.399	9.122
2.01.02	Fornecedores	89.787	124.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	89.787	124.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.394	56.228
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.259	33.538
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.259	33.538
2.01.04.02	Debêntures	29.135	22.690
2.01.05	Outras Obrigações	362.741	5.583
2.01.05.02	Outros	362.741	5.583
2.01.05.02.04	Dividendos	0	2.103
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	1.847	2.853
2.01.05.02.06	Ressarcimentos às distribuidoras	355.276	0
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	5.618	627
2.02	Passivo Não Circulante	1.699.589	1.809.941
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.699.357	1.636.146
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	750.470	780.508
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	750.470	780.508
2.02.01.02	Debêntures	948.887	855.638
2.02.02	Outras Obrigações	232	142.995
2.02.02.02	Outros	232	142.995
2.02.02.02.03	Ressarcimentos às distribuidoras	0	139.329
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	232	3.666
2.02.03	Tributos Diferidos	0	30.800
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	30.800
2.03	Patrimônio Líquido	1.136.241	2.125.369
2.03.01	Capital Social Realizado	1.076.692	1.956.692
2.03.04	Reservas de Lucros	59.535	168.686
2.03.04.01	Reserva Legal	9.320	9.320
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	50.215	159.366
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14	-9

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	587.311	618.309
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-531.448	-501.219
3.02.01	Combustível para produção de energia elétrica	-125.551	-111.051
3.02.02	Depreciação e amortização	-120.186	-110.908
3.02.03	Energia elétrica comprada	-98.892	-108.142
3.02.04	Materiais e serviços de terceiros	-74.789	-77.074
3.02.05	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-38.915	-42.231
3.02.06	Pessoal	-27.738	-24.544
3.02.07	Transações no mercado de energia de curto prazo	-23.812	-6.340
3.02.10	Outros	-21.565	-20.929
3.03	Resultado Bruto	55.863	117.090
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-775	-2.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.574	-2.486
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	799	222
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.088	114.826
3.06	Resultado Financeiro	-220.183	-86.002
3.06.01	Receitas Financeiras	11.426	6.978
3.06.02	Despesas Financeiras	-231.609	-92.980
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-165.095	28.824
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	55.944	-6.689
3.08.01	Corrente	331	337
3.08.02	Diferido	55.613	-7.026
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-109.151	22.135
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-109.151	22.135
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,10138	0,01131
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,10138	0,01131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-109.151	22.135
4.02	Outros Resultados Abrangentes	23	-9
4.02.01	Remensuração de obrigações com aposentadoria	34	-13
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos - obrigações com aposentadoria	-11	4
4.03	Resultado Abrangente do Período	-109.128	22.126

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	258.470	222.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.873	230.746
6.01.01.01	Resultado antes dos tributos	-165.095	28.824
6.01.01.02	Depreciação e amortização	120.186	110.908
6.01.01.03	Juros e variação monetária	224.676	91.007
6.01.01.04	Outros	106	7
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	199.887	17.999
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-15.778	-37.993
6.01.02.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	-2.620	-2.776
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	22.276	45.881
6.01.02.04	Estoques	-24.386	-21.705
6.01.02.05	Outros ativos	2.250	-7.729
6.01.02.06	Fornecedores	279	4.360
6.01.02.07	Outras obrigações fiscais e regulatórias	-978	-183
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	1.277	2.111
6.01.02.09	Ressarcimento às distribuidoras	215.947	33.234
6.01.02.10	Outros passivos	1.620	2.799
6.01.03	Outros	-121.290	-26.268
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre financiamento	-121.290	-26.268
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-137.663	-137.283
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-137.663	-137.283
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-986.391	852.327
6.03.01	Redução de capital	-880.000	0
6.03.02	Emissão de debêntures	0	850.214
6.03.03	Pagamento de debêntures	-6.923	0
6.03.04	Pagamento de financiamento	-30.472	-17.629
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-65.589	35.384
6.03.06	Pagamento de dividendos	-2.103	-15.604
6.03.07	Outros	-1.304	-38
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-865.584	937.521
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.038.528	101.007
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.944	1.038.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.956.692	0	168.686	0	-9	2.125.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.956.692	0	168.686	0	-9	2.125.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-880.000	0	0	0	0	-880.000
5.04.09	Redução de capital	-880.000	0	0	0	0	-880.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.151	23	-109.128
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.151	0	-109.151
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23	23
5.05.02.06	Remensuração de obrigações com aposentadoria	0	0	0	0	23	23
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-109.151	109.151	0	0
5.06.07	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-109.151	109.151	0	0
5.07	Saldos Finais	1.076.692	0	59.535	0	14	1.136.241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.956.692	0	148.654	0	0	2.105.346
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.956.692	0	148.654	0	0	2.105.346
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.103	0	-2.103
5.04.14	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-2.103	0	-2.103
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.135	-9	22.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.135	0	22.135
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9	-9
5.05.02.06	Remensuração de obrigações com aposentadoria	0	0	0	0	-9	-9
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.032	-20.032	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	1.107	-1.107	0	0
5.06.07	Reserva de retenção de lucros	0	0	18.925	-18.925	0	0
5.07	Saldos Finais	1.956.692	0	168.686	0	-9	2.125.369

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	667.986	707.508
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	667.187	707.286
7.01.02	Outras Receitas	799	222
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-382.210	-362.616
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-75.734	-77.936
7.02.04	Outros	-306.476	-284.680
7.02.04.01	Combustível para produção de energia elétrica	-125.551	-111.051
7.02.04.02	Energia elétrica comprada	-98.892	-108.142
7.02.04.03	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-38.915	-42.231
7.02.04.04	Transações no mercado de energia de curto prazo	-23.812	-6.340
7.02.04.07	Outros	-19.306	-16.916
7.03	Valor Adicionado Bruto	285.776	344.892
7.04	Retenções	-120.186	-110.908
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-120.186	-110.908
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	165.590	233.984
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.426	6.978
7.06.02	Receitas Financeiras	11.426	6.978
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	177.016	240.962
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	177.016	240.962
7.08.01	Pessoal	24.407	22.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.046	10.959
7.08.01.02	Benefícios	5.229	6.324
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.150	1.973
7.08.01.04	Outros	2.982	2.935
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	2.982	2.935
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.368	94.214
7.08.02.01	Federais	9.111	76.347
7.08.02.02	Estaduais	12.858	17.468
7.08.02.03	Municipais	399	399
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	232.457	94.655
7.08.03.01	Juros	230.320	92.341
7.08.03.02	Aluguéis	938	1.794
7.08.03.03	Outras	1.199	520
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	1.199	520
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	2.103
7.08.04.02	Dividendos	0	2.103
7.08.05	Outros	-102.216	27.799
7.08.05.01	Encargos setoriais	6.935	7.767
7.08.05.02	Reserva legal	0	1.107
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucros	0	18.925
7.08.05.04	Absorção do prejuízo do exercício	-109.151	0



Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Relatório da Administração

Exercícios de **2021** e **2020**

CNPJ: 04.739.720/0001-24
NIRE: 42 3 0002610-7
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("Usina"), localizada no município de Candiota (RS), que utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MWm de capacidade comercial, vendeu em 28.11.2014, no 20º Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MWm em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial em 28.06.2019.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 1.076.692.000 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 1.076.692 mil ao final de 2021, sendo controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Em 17.03.2021, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, comunicou a seus investidores e ao mercado em geral a retomada do processo de venda da totalidade de suas ações detidas na Pampa Sul, estando, atualmente, em fase de avaliação de potenciais compradores da subsidiária. A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização do Grupo ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração é atualmente composto por sete membros: Eduardo Antonio Gori Sattamini, Marcos Keller Amboni, José Luiz Jansson Laydner, Marcelo Cardoso Malta, Cristina Riggenbach, Sérgio Roberto Maes e Guilherme Slovinski Ferrari, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva possui a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Presidente, Patricia Fabiana Farrapeira Muller eleita Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores e Sérgio Roberto Maes na posição de Diretor Técnico-Operacional.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento estimado de 4,5%, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central ao final de dezembro – a divulgação do dado oficial deve ocorrer em março de 2022. A alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da Usina alcançou 1.564,8 GWh, 1,8% acima da observada em 2020, que foi de 1.537,8 GWh. Cabe destacar que ao longo de ambos os anos ocorreram paradas para manutenção da Usina e limitações de transmissão, por conta de importação de energia do Uruguai pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Quando a importação ocorria em capacidade máxima, a Usina precisava reduzir a geração em até 50% (175 MW). A partir de fevereiro de 2022, este passou a não ser mais um fator limitante, por ampliação das estruturas de transmissão na região (conexão à subestação Candiota 2).

O índice de disponibilidade atingido em 2021, considerando-se as paradas programadas, foi de 52,3%, 0,2 p.p. menor que o atingido no ano anterior, de 52,5%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	587.311	618.309	(30.998)	(5,0)
Lucro bruto	55.863	117.090	(61.227)	(52,3)
Margem bruta	9,5%	18,9%		(9,4 p.p.)
Ebitda (Lajida)[1]	175.274	225.734	(50.460)	(22,4)
Margem Ebitda	29,8%	36,5%		(6,7 p.p.)
Depreciação e amortização	(120.186)	(110.908)	(9.278)	8,4
Resultado financeiro	(220.183)	(86.002)	(134.181)	156,0
Imposto de renda e contribuição social	55.944	(6.689)	62.633	(936,4)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(109.151)	22.135	(131.286)	(593,1)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

Em 2021, a receita operacional líquida da Companhia apresentou decréscimo de R$ 30.998 mil (5,0%), atingindo R$ 587.311 mil, frente aos R$ 618.309 mil reconhecidos em 2020. Essa redução é explicada, substancialmente, pela combinação dos seguintes itens: (i) redução de R$ 150.514 mil na venda de suprimento de energia, composta por (i.i) reconhecimento de R$ 195.971 mil relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR em 2021, contra R$ 30.160 mil no ano anterior, resultado do aumento de paradas programadas em 2021 quando comparado com o ano de 2020; efeito parcialmente atenuado pelos (i.ii) efeitos da atualização monetária dos contratos; e (ii) acréscimo de R$ 117.738 mil nas transações no mercado de curto prazo, devido à estratégica de portfólio da Companhia, tendo em vista o aumento de 52,0% na média anual do PLD[1], comparando os preços de 2021 e 2020.

Custos da energia vendida

	2021	2020	Var. (R$)	Var. (%)
Combustível para produção de energia elétrica	125.551	111.051	14.500	13,1
Depreciação e amortização	120.186	110.908	9.278	8,4
Energia elétrica comprada	98.892	108.142	(9.250)	(8,6)
Materiais e serviços de terceiros	74.789	77.074	(2.285)	(3,0)
Encargos de uso da rede elétrica de conexão	38.915	42.231	(3.316)	(7,9)
Pessoal	27.738	24.544	3.194	13,0
Transações no mercado de energia de curto prazo	23.812	6.340	17.472	275,6
Outros	21.565	20.929	636	3,0
	531.448	**501.219**	**30.229**	**6,0**

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 30.229 mil (6,0%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 501.219 mil em 2020 para R$ 531.448 mil em 2021. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Combustível para produção de energia elétrica: acréscimo de R$ 14.500 mil (13,1%) em 2021 quando comparado com o ano anterior, devido, basicamente, ao maior consumo de carvão, haja vista a maior geração da Usina, a qual apresentou aumento de 27 GWh em 2021 quando comparado com 2020, e pelos efeitos do reajuste anual do custo com combustíveis.

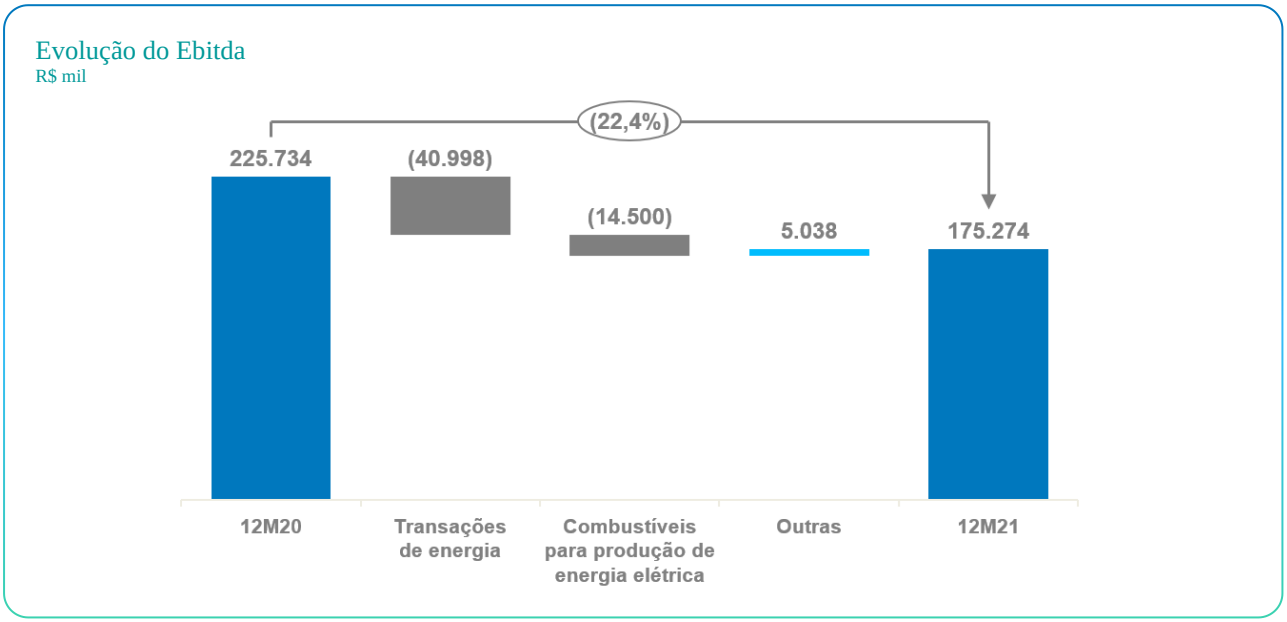
b) Energia elétrica comprada e transações no mercado de energia de curto prazo: redução de R$ 9.250 mil e aumento de R$ 17.472 mil, respectivamente, entre os exercícios em análise, totalizando aumento de R$ 8.222 mil (7,2%). A redução da energia elétrica comprada é reflexo do maior volume de compras em 2020, ocasionadas por paradas não programadas da Usina, as quais foram superiores naquele exercício em comparação ao exercício atual. Entretanto, o aumento nas transações no mercado de energia de curto prazo foi motivado, principalmente, pelo aumento significativo de 52,0% no PLD, e atenuado pela redução das paradas não programadas.

c) Depreciação: A depreciação apresentou aumento de R$ 9.278 mil (8,4%) em 2021, consequência da transferência de imobilizado em curso para imobilizado em serviço ocorrida em 2021 e a consequente apropriação da depreciação dos referidos itens do imobilizado.

[1] O PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) serve como referência para os preços no Mercado Livre de Energia e é utilizado para valorar a energia no Mercado de Curto Prazo

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, exceto a variação da depreciação, o Ebitda em 2021 foi de R$ 175.274 mil, R$ 50.460 mil (22,4%) abaixo do apurado em 2020, de R$ 225.734 mil.



Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram acréscimo de R$ 134.181 mil (156,0%) entre 2020 e 2021, atingindo o montante de R$ 220.183 mil em 2021 (R$ 86.002 mil em 2020). O acréscimo, decorre, principalmente, do reconhecimento de variações monetárias e encargos de debêntures em 2021, as quais foram emitidas durante o 2° semestre de 2020. Adicionalmente, o ano de 2021 foi impactado pelo aumento significativo do IPCA.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Em 2021, essas despesas reduziram R$ 62.633 mil (936,4%), passando de R$ 6.689 mil em 2020 para receita de R$ 55.944 mil em 2021, em decorrência da redução do resultado antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL foi de 34,0% em 2021 e 23,0 % em 2020.

(Prejuízo) lucro líquido

O prejuízo do exercício de 2021 foi de R$ 109.151 mil, R$ 131.286 mil (593,1%) inferior ao lucro líquido de R$ 22.135 mil apresentados em 2020, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2021 com 107 colaboradores, 2% a mais que os 105 existentes em 2020.

7. Gestão Socioambiental

Pampa Sul segue como referência base para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Qualidade, Gestão de Energia, Meio Ambiente, Mudanças do Clima, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

A Usina conta com Licença Ambiental de Operação (LO) emitida pelo IBAMA e válida até 13.06.2029, para a condução das operações da Usina Termelétrica Pampa Sul, reservatório, Linha de Transmissão e correia transportadora de carvão.

A partir da identificação e avaliação dos impactos socioambientais gerados em decorrência do empreendimento, são propostos programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência, com vistas a avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficiência das medidas propostas nas fases de implantação e operação do empreendimento.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região. Dentre vários investimentos para a comunidade, salienta-se a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (TA) em Candiota, por meio de um convênio entre a Prefeitura e a UTE Pampa Sul. Essa instalação deve suprir as necessidades de água do município por, pelo menos, mais 20 anos.

Outro destaque é o subprograma de educação ambiental na agricultura familiar, que visa a sustentabilidade socioeconômica das famílias em assentamentos rurais, através do apoio técnico, desenvolvimento de projetos e promoção da adoção de práticas ecologicamente sustentáveis. Participaram dessas atividades 30 comunidades, 29 na fase de instalação (582 famílias), 14 na fase de operação (778 famílias) e 05 escolas em ambas as fases. Por meio desse programa, foram recuperadas 103 nascentes, sendo 65 delas em fase de instalação e 38 em fase de operação.

Abaixo, apresentamos a lista dos planos e programas socioambientais do empreendimento, relacionados à licença de operação:

1. Sistema de Gestão Ambiental - SGA
2. Programa Ambiental da Geração - PAG
3. Programa de Monitoramento das Águas Superficiais
4. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
5. Programa de Monitoramento de Ruídos
6. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
7. Subprograma de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológicos e Emissões Atmosféricas
8. Programa de Controle de Pragas e Vetores
9. Programa de Gestão do Reservatório
10. Programa de Reposição Florestal
11. Programa de Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico
12. Programa de Manutenção da Faixa de Servidão da LT

13. Programa de Implantação da Cortina Vegetal
14. Programa de Monitoramento de Fauna
    - 14.1. Subprograma de Monitoramento de Aves e Mamíferos
    - 14.2. Subprograma de Monitoramento de Atropelamentos
15. Programa de Monitoramento da Ictiofauna
    - 15.1. Subprograma de Resgate de Ictiofauna
    - 15.2. Subprograma de Monitoramento de Taxocenose do Rio Jaguarão
    - 15.3. Subprograma de Mitigação de Impactos sobre os Peixes Anuais
    - 15.4. Subprograma de Monitoramento de Ictioplâncton
16. Programa de Comunicação Social
17. Programa de Educação Ambiental
    - 17.1. Subprograma de Educação Ambiental com Grupos Sociais
    - 17.2. Subprograma de Educação Ambiental na Agricultura Familiar
    - 17.3. Subprograma de Educação Ambiental aos Trabalhadores
18. Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde
19. Plano de Gerenciamento de Riscos
20. Plano de Atendimento às Emergências

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

De acordo com o Artigo 2° da Instrução CVM n° 381/03, a Pampa Sul informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram com a Companhia no ano de 2021.

A Administração



Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios de **2021** e **2020**

CNPJ: 04.739.720/0001-24
NIRE: 42 3 0002610-7
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") é uma geradora de energia elétrica sob o regime de produção independente e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O objeto social da Companhia é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina"), localizada no município de Candiota (RS).

A Companhia foi constituída em 31.10.2001, com prazo de duração indeterminado e está sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina conta com capacidade instalada de 345,0 MW[1] e garantia física de 323,5 MW médios, tendo tido sua operação comercial autorizada pela Aneel em 28.06.2019, e utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica. Sua energia está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014, ao preço de R$ 270,0/MWh, atualizado até 31.12.2021.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no exercício de 2021 foram estes:

a) Retomada do processo de venda

Em 17.03.2021, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, comunicou a seus investidores e ao mercado em geral a retomada do processo de venda da totalidade de suas ações detidas na Pampa Sul, estando, atualmente, em fase de avaliação de potenciais compradores da subsidiária.

A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização da ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia renovável, gás natural e infraestrutura.

b) Paradas da Usina

A Usina teve paradas entre 08 e 24 de janeiro, entre 18 e 22 março, e, posteriormente, entre 02 de setembro e 17 de outubro, em decorrência de manutenções essenciais para seu funcionamento, afetando a geração de energia elétrica.

c) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos, visto a condição de atividade essencial às atividades do país. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

c.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, grande parte do montante do consumo de energia previsto está respaldado por contratos firmados anteriormente à Covid-19. Aproximadamente 90% da garantia física da Companhia está contratada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e, até o presente momento, não há alteração das cláusulas contratuais.

c.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Até o presente momento, não houve aumento no risco de crédito dos clientes da Companhia.

c.3) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

d) Capacidade financeira

A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 109 milhões no período de doze meses findo em 31.12.2021 e, nessa data, os passivos circulantes excederam os ativos circulantes em R$ 50 milhões, impacto causado, substancialmente, pela redução de capital, no montante de R$ 880 milhões. Em contrapartida, neste mesmo período a Companhia apresentou geração de caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 258 milhões. Considerando esse contexto, a Companhia acredita que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos, seja externa ou internamente.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, vide Nota 1 – Contexto Operacional. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

f) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

g) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

i) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

j) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	IFRS 9, 16 e 17	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	IFRS 16	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	*Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract*; e *Reference to the Conceptual Framework*	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.	IAS 16	Emissão a nível de IASB	01.01.2022	As receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia
Alterações no IAS 1 O IASB emitiu alterações relativas à classificação de passivos como circulante ou não circulante.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Sem impactos relevantes
Alterações no IAS 8 O IASB emitiu alterações relativas à definição de estimativas contábeis.	IAS 8	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Sem impactos relevantes
Alterações no IAS 1 e *IFRS Practice Statement* 2 O IASB emitiu alterações relativas à divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 e *IFRS Practice Statement* 2	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Sem impactos relevantes

l) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.02.2022.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**22.353**	**28.097**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	150.591	1.010.431
	172.944	**1.038.528**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e de 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil: Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	99.089	96.606
Transações no mercado de curto prazo	15.702	1.850
	114.791	**98.456**

Em 31.12.2021 a Companhia apresentava R$ 532 vencidos em seu contas a receber. Em 31.12.2020 a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 - CRÉDITO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática contábil: São calculados individualmente por entidade de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda	29.713	27.237
Contribuição social	8.336	8.192
	38.049	**35.429**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	36.167	33.975
Ativo não circulante	1.882	1.454
	38.049	**35.429**

NOTA 6 - OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

Prática contábil: São registrados pelos valores conhecidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	31.12.2021	31.12.2020
Cofins[1]	29.040	47.831
PIS[2]	6.838	10.401
ICMS[3]	486	408
	36.364	**58.640**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	35.148	55.198
Ativo não circulante	1.216	3.442
	36.364	**58.640**

(1) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
(2) Programa de Integração Social.
(3) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte.

Os créditos de PIS e Cofins a recuperar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação da UTE Pampa Sul.

NOTA 7 - ESTOQUES

Prática contábil: Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

	31.12.2021	31.12.2020
Almoxarifado	48.433	17.302
Adiantamento a fornecedores	39.781	48.569
Insumos para produção de energia	9.541	8.416
Outros	5.816	4.898
	103.571	**79.185**

Em 2019, 2020 e 2021, a Companhia adiantou o montante de R$ 190.320 ao fornecedor de carvão, haja vista o cumprimento de compromisso contratual de compra da cota mensal mínima de 106.000 toneladas por mês. O saldo remanescente, em 31.12.2021, era de R$ 39.215 (R$ 47.723 em 31.12.2020), sendo que a realização se dá quando a compra de carvão ultrapassa a cota mensal mínima. A Companhia espera realizar integralmente o adiantamento até junho de 2022.

NOTA 8 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Prática contábil: Os depósitos vinculados são mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R$ 111.674 (R$ 40.855 em 31.12.2020) relativo a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das debêntures emitidas. São constituídas, em sua maioria, pelo montante equivalente à próxima parcela vincenda das debêntures e às despesas contratuais de operação e de manutenção para as usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

NOTA 9 - IMOBILIZADO

Prática contábil: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado, assim como os ganhos e perdas de *hedge* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido que se qualificam em relação aos imobilizados. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	4,4%	2.478.709	(259.423)	2.219.286	2.279.892
Edificações e benfeitorias	2,5%	276.711	(17.370)	259.341	266.289
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	197.299	(9.441)	187.858	183.113
Móveis e utensílios	6,2%	949	(138)	811	772
Veículos	14,3%	18	(6)	12	14
		2.953.686	**(286.378)**	**2.667.308**	**2.730.080**
Em curso					
Máquinas e equipamentos		63.378	-	63.378	13.170
Edificações e benfeitorias		9.229	-	9.229	5.468
Aquisições a ratear		1.436	-	1.436	524
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	9.452
		74.043	**-**	**74.043**	**28.614**
		3.027.729	**(286.378)**	**2.741.351**	**2.758.694**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Reservatórios, barragens e adutoras	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**2.410.150**	**273.237**	**187.225**	**842**	**264**	**2.871.718**
Ingressos	-	-	-	-	42.378	42.378
Recuperação de PIS e Cofins	(29.413)	-	-	-	-	(29.413)
Reversão de estimativas	(15.297)	-	-	-	-	(15.297)
Transferências	14.402	-	(374)	-	(14.028)	-
Depreciação	(99.950)	(6.948)	(3.738)	(56)	-	(110.692)
Saldos em 31.12.2020	**2.279.892**	**266.289**	**183.113**	**786**	**28.614**	**2.758.694**
Ingressos	-	-	-	-	102.670	102.670
Transferências	48.564	-	8.578	99	(57.241)	-
Baixas	(46)	-	-	-	-	(46)
Depreciação	(109.124)	(6.948)	(3.833)	(62)	-	(119.967)
Saldos em 31.12.2021	**2.219.286**	**259.341**	**187.858**	**823**	**74.043**	**2.741.351**

Em 01.06.2020, a Companhia firmou acordo para encerramento do contrato de engenharia, aquisições e construção. Em decorrência disto, em junho foram reconhecidos créditos de PIS e Cofins a recuperar e houve a reversão de parte das estimativas inicialmente previstas para a conclusão da construção da UTE Pampa Sul. Estes efeitos estão apresentados no quadro acima nas linhas "Recuperação de PIS e Cofins" e "Reversão de estimativas".

c) Autorização do Órgão Regulador

A Sociedade é detentora de concessão para exploração de energia elétrica de Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW e garantia física de 323,5 MW médios, e a respectiva autorização para funcionamento tem vigência até março de 2050.

NOTA 10 - FORNECEDORES

Prática contábil: Os fornecedores são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado[1]	56.952	91.945
Fornecedores de materiais e serviços	17.833	9.363
Combustíveis fósseis e biomassa	9.222	13.936
Encargos de uso rede elétrica	3.750	3.393
Energia elétrica comprada	2.030	5.864
	89.787	**124.501**

(1) No saldo de fornecedores de imobilizado estão contempladas estimativas de desembolso futuro decorrentes da conclusão da construção da Usina, dos quais R$ 15.782 (R$ 24.340 em 31.12.2020) referem-se aos compromissos socioambientais.

NOTA 11 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP e do IPCA.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

A variação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Dessa forma, o financiamento contratado, vinculado à TJLP, tende a ser protegido pelos contratos de venda de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário. Ressalta-se que o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e de índices flutuantes. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	31.12.2021	31.12.2022	Provável	Δ + 25% (*)	Administração
TJLP	5,3%	6,1%	0,8% p.p.	1,5% p.p.	0,0% p.p.
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1% p.p.	1,3% p.p.	-0,8% p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento				
Financiamentos				
TJLP	784.729	(5.580)	(11.965)	-
Debêntures				
IPCA	978.022	52.907	(13.231)	8.081

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

Notas Explicativas

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	1.762.751	1.692.374
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(111.674)	(40.855)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(172.944)	(1.038.528)
Dívida líquida	**1.478.133**	**612.991**
Patrimônio líquido	**1.136.241**	**2.125.369**
Endividamento líquido	**1,3**	**0,3**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Mais informações vide Nota 12 – Financiamentos e Nota 13 - Debêntures.

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

Notas Explicativas

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	89.787	-	-	-	89.787
Financiamentos	34.259	68.337	81.366	614.053	798.015
Debêntures	29.135	66.920	90.158	858.367	1.044.580
	153.181	**135.257**	**171.524**	**1.472.420**	**1.932.382**

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	150.591	1.010.431
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	22.353	28.097
Contas a receber de clientes	114.791	98.456
Depósitos vinculados	111.674	40.855
	399.409	**1.177.839**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	89.787	124.501
Financiamentos	784.729	814.046
Debêntures	978.022	878.328
Ressarcimentos às distribuidoras	355.276	139.329
	2.207.814	**1.956.204**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos financiamentos e nas debêntures. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2021		31.12.2020	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Financiamentos	784.729	798.015	814.046	828.276
Debêntures	978.022	1.030.014	878.328	954.765
	1.762.751	**1.828.029**	**1.692.374**	**1.783.041**

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS

Prática contábil: Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	31.579	750.470	782.049	31.001	780.508	811.509
Encargos	2.680	-	2.680	2.537	-	2.537
	34.259	**750.470**	**784.729**	**33.538**	**780.508**	**814.046**

b) Mutação dos financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**60.499**	**733.217**	**793.716**
Juros	64.026	-	64.026
Variações monetárias	201	-	201
Transferências	(47.291)	47.291	-
Amortização de principal	(17.629)	-	(17.629)
Pagamento de juros	(26.268)	-	(26.268)
Saldos em 31.12.2020	**33.538**	**780.508**	**814.046**
Juros	62.547	-	62.547
Variações monetárias	4	77	81
Transferências	30.115	(30.115)	-
Amortização de principal	(30.472)	-	(30.472)
Amortização de juros	(61.473)	-	(61.473)
Saldos em 31.12.2021	**34.259**	**750.470**	**784.729**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	31.735
2024	34.715
2025	37.966
2026	41.513
2027	45.382
2028 a 2032	298.439
2033 a 2036	260.720
	750.470

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldo em 31.12.2021
BNDES	TJLP + 3,09% a.a. (a)	01.2036	Mensais	784.729

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

e) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; e (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto.

A conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas de operação e de manutenção foi devidamente composta pela Companhia, conforme determinação contratual (Nota 8 – Depósitos vinculados).

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,2

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia não atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BNDES. Entretanto, neste mesmo exercício, o BNDES emitiu um *waiver* bancário para este exercício. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, não houve caracterização de inadimplência por parte da Companhia.

NOTA 13 - DEBÊNTURES

Prática contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a) Composição das debêntures

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures - 1ª emissão	6.644	374.520	381.164	2.609	344.326	346.935
Debêntures - 2ª emissão	9.643	574.367	584.010	10.871	510.005	520.876
Encargos	12.848	-	12.848	9.210	1.307	10.517
	29.135	**948.887**	**978.022**	**22.690**	**855.638**	**878.328**

Notas Explicativas

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Emissão de debêntures	10.716	839.498	850.214
Juros	9.598	1.307	10.905
Variação monetária	330	16.879	17.209
Transferências	2.046	(2.046)	-
Saldos em 31.12.2020	**22.690**	**855.638**	**878.328**
Custos de emissão de debêntures	-	(1.258)	(1.258)
Juros	65.278	-	65.278
Variação monetária	5.363	97.051	102.414
Transferências	2.544	(2.544)	-
Amortização de principal	(6.923)	-	(6.923)
Amortização de juros	(59.817)	-	(59.817)
Saldos em 31.12.2021	**29.135**	**948.887**	**978.022**

c) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Valor
2023	17.501
2024	38.811
2025	38.385
2026	41.167
2027	39.912
2028 a 2032	372.517
2033 a 2036	400.594
	948.887

d) Condições contratadas

	Condições					
	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2021
1ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,25% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2021	04.2028	Garantia real	113.861
1ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,50% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2028	10.2036	Garantia real	272.897
2ª Emissão - Série 1	IPCA + 4,50% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2021	04.2028	Garantia real	157.061
2ª Emissão - Série 2	IPCA + 5,75% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2028	10.2036	Garantia real	434.203

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2021
Debêntures - 1ª e 2ª Emissões	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1[1]	1,10

(1) Maior ou igual a 1,1 para fins de vencimento antecipado e maior ou igual a 1,2 para fins de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, exceto dividendos mínimos estatutários. Ressalta-se que existem outras obrigações que devem ser cumpridas concomitantemente para a distribuição de recursos adicionais aos acionistas, como por exemplo atingir o *completion* do projeto.

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

Prática contábil: São registradas pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

	31.12.2021	31.12.2020
ICMS[1]	358	1.831
INSS[2]	919	573
ISSQN[3]	341	194
Taxa de fiscalização	95	134
Outros	177	164
	1.890	**2.896**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(43)	(43)
	1.847	**2.853**

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Instituto Nacional do Seguro Social.
(3) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Prática contábil: Correspondem aos benefícios de curto prazo aos empregados, como, por exemplo: (i) ordenados, salários e contribuições para a seguridade social; (ii) licença anual remunerada e licença médica remunerada; e (iii) participação nos lucros e bônus. São registrados quando os serviços são prestados à Companhia e correspondem ao montante não descontado dos benefícios de curto prazo dos empregados, que se espera que sejam pagos em troca destes serviços.

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para bônus gerencial	8.339	7.245
Provisão para férias	953	777
Salários e encargos sociais a pagar	715	1.100
Provisão para gastos com demissão voluntária	392	-
	10.399	**9.122**

NOTA 16 - RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Prática contábil: É registrado pelo valor conhecido ou calculável, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

A Companhia apresentou em 31.12.2021 em seu passivo circulante o montante de R$ 355.276 (R$ 139.329 no passivo não circulante em 31.12.2020), relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR. Adicionalmente as receitas auferidas às distribuidoras, no exercício de 2021, foram reduzidas pelo reconhecimento de R$ 195.971, líquidos de PIS e Cofins (R$ 30.160 em 31.12.2020).

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados abaixo:

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
20º Leilão de Energia Nova	Disponibilidade	**Cálculo:** diferença entre a indisponibilidade programada verificada e a indisponibilidade declarada para cálculo da garantia física. **Valoração:** com base no Índice de Custo-Benefício (ICB) do contrato, atualizado pelo IPCA (apuração até 2021). **Pagamento:** a liquidação ocorrerá em 2022. A partir de 2022, quaisquer diferenças entre geração e disponibilidade máxima contratual serão liquidadas mensalmente na CCEE.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Prática contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2021				31.12.2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	349.880	87.470	31.489	118.959	69.151
Encargos financeiros capitalizados	19.827	4.957	1.784	6.741	6.981
Outros	89	22	8	30	-
		92.449	**33.281**	**125.730**	**76.132**
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	418.702	104.676	37.683	142.359	37.631
Depreciação antecipada - provisões	19.477	4.869	1.753	6.622	5.985
Despesas pré-operacionais	3.608	902	325	1.227	1.669
Outros	951	238	86	324	47
		110.685	**39.847**	**150.532**	**45.332**
(Ativo) Passivo líquido		**(18.236)**	**(6.566)**	**(24.802)**	**30.800**

b) Movimentação de saldo

	Valor
Passivo em 31.12.2019	**23.778**
Impostos diferidos no resultado	7.026
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(4)
Passivo em 31.12.2020	**30.800**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	(55.613)
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	11
Ativo em 31.12.2021	**(24.802)**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2022	452	8
2023	328	232
2024	5.220	232
2025	306	232
2026	306	225
2027 a 2029	264	675
2030 a 2032	27.956	6.623
2033 a 2035	50.109	18.519
2036 em diante	65.591	98.984
	150.532	**125.730**

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R$ 1.076.692 (R$ 1.956.692 em 31.12.2020), representado por 1.076.692.000 ações ordinárias (1.956.692.000 ações ordinárias em 31.12.2020), nominativas e sem valor nominal, das quais 1.076.691.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC").

Em 2021, ocorreu redução de capital social, no montante de R$ 880.000, motivada pela 1ª e 2ª emissão de debêntures, conforme previsto no contrato de financiamento junto ao BNDES.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	9.320	9.320
Reserva de retenção de lucros	50.215	159.366
	59.535	**168.686**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a manutenção da Usina. Os lucros retidos, quando aplicável, são decorrentes das obrigações assumidas no âmbito das dívidas contratadas pela Companhia, as quais preveem a necessidade do cumprimento de algumas obrigações para que seja destinado montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios. Haja visto que tais compromissos ainda não foram cumpridos em sua totalidade, a Companhia permanecerá limitada somente à destinação do mínimo obrigatório.

No exercício de 2021, a Companhia registrou prejuízo, e, portanto, não houve montante destinado à reserva. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi integralmente absorvido pelo saldo da reserva de retenção de lucros.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2021	31.12.2020
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(109.151)	22.135
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.076.692	1.956.692
(Prejuízo) lucro por ação básico e diluído – Em reais	**(0,10138)**	**0,01131**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

d) Outros resultados abrangentes

A conta registra as variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos das obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia.

NOTA 19 - DIVIDENDOS

Prática contábil: Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

a) Cálculo

	31.12.2020
Base de cálculo dos dividendos ajustada	
Lucro líquido do exercício	22.135
Reserva legal	(1.107)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**21.028**
Dividendos propostos	
Dividendos mínimos obrigatórios	2.103
Total dos dividendos anuais	**2.103**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**

No exercício de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R$ 109 milhões, o qual foi absorvido por reservas de lucros de períodos passados. Desta forma, não houve distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Em 01.04.2021, na 20ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 2 milhões (R$ 0,0010747415 por ação), os quais foram pagos em 22.06.2021, e a retenção de lucros no montante de R$ 19 milhões.

NOTA 20 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	526.136	699.655
Transações mercado de curto prazo	136.959	5.923
Outras receitas	4.092	1.708
	667.187	**707.286**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(61.253)	(65.424)
ICMS	(12.792)	(17.400)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.831)	(6.153)
	(79.876)	**(88.977)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**587.311**	**618.309**

Em 31.12.2021, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 5% da receita operacional líquida.

NOTA 21 - RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	167.692	28.114
Financiamentos	62.628	64.227
Outros	247	146
Outras despesas financeiras	1.042	493
	231.609	**92.980**
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.533	5.497
Renda de depósitos vinculados	5.230	1.397
Outros juros e variações monetárias	661	83
Outras receitas financeiras	2	1
	11.426	**6.978**
Despesas financeiras, líquidas	**220.183**	**86.002**

NOTA 22 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Prática contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias

	2021			2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**(165.095)**	**(165.095)**	**(165.095)**	**28.824**	**28.824**	**28.824**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**41.274**	**14.859**	**56.133**	**(7.206)**	**(2.594)**	**(9.800)**
Outros	(73)	(116)	(189)	2.372	739	3.111
	41.201	**14.743**	**55.944**	**(4.834)**	**(1.855)**	**(6.689)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	331	-	331	355	(18)	337
Diferido	40.870	14.743	55.613	(5.189)	(1.837)	(7.026)
	41.201	**14.743**	**55.944**	**(4.834)**	**(1.855)**	**(6.689)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**17%**	**6%**	**23%**

NOTA 23 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Prática contábil: As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo			
	Fornecedores			
	Energia	Materiais e serviços	Debêntures	Dividendos
31.12.2021				
ENGIE Brasil Energia	2.030	-	-	-
Total	**2.030**	**-**	**-**	**-**
31.12.2020	**5.864**	**525**	**355.707**	**2.103**

	Custos e Despesas		
	Compra de Energia	Despesas administrativas	Despesas financeiras
2021			
ENGIE Brasil Energia	57.684	450	22.839
EBC	41.208	-	-
Total	**98.892**	**450**	**22.839**
2020	**108.142**	**427**	**15.706**

b) Remuneração dos administradores

A remuneração relacionada às pessoas chave da Administração, composta por Diretoria Estatutária e Conselho de Administração, está abaixo apresentada:

	2021	2020
Remuneração variável	335	545
Remuneração fixa	-	382
Encargos sociais	-	339
Outros	1	216
	336	**1.482**

Os administradores da Companhia, também são administradores da sua controladora, ENGIE Brasil Energia, e a partir de 01.01.2021 renunciaram seus direitos de remuneração pela Companhia, sendo remunerados apenas pela ENGIE. Os valores reconhecidos em 2021, são relativos aos direitos adquiridos nos primeiros 3 meses de 2021, que não foram recorrentes ao longo do ano.

c) Serviços administrativos e financeiros

Os serviços necessários às atividades administrativas e financeiras são prestados pela sua controladora, ENGIE Brasil Energia, reajustados anualmente pelo INPC. O valor reconhecido no resultado de 2021 foi de R$ 450 (R$ 427 em 2020). A vigência do contrato é dezembro de 2023 e o saldo existente em 31.12.2021 é de R$ 9.036.

d) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente garantidora no contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, nas escrituras de emissão da 1ª e 2ª emissões de debêntures, prestando garantia fidejussória (fiança) até o *completion* do projeto, bem como oferecendo o penhor da totalidade das ações de emissão da Pampa de sua propriedade como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos contratos mencionados. O valor total da dívida, sem considerar os custos de captação, em 31.12.2021, é R$ 1.842.595 (R$ 1.777.876 em 31.12.2020).

e) Avais e fianças

A Companhia tem sua controladora, ENGIE Brasil Energia, como avalista no contrato de Custo do Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, no valor de R$ 5.206, que vencerá em 2022.

NOTA 24 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A apólice tem como cobertura danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.912.959 e R$ 1.106.828, respectivamente. A vigência do seguro é até 31.05.2022.

NOTA 25 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2021, eram de R$ 885.405.

b) Contratos compra de carvão

A Companhia possui contrato de compra de carvão, com vigência até 2029 e previsão de renovação por mais 15 anos. Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2021, eram de R$ 1.411.781.

c) Contratos de venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, cujas quantidades contratadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em MW médios	Venda
2022	295
2023	295
2024	295
2025	295
2026	295
2027 a 2030	1.473
Demais anos	3.536
	6.484

NOTA 26 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado e intangível	(34.993)	(94.905)
Reversão de estimativas	(13.898)	(15.297)
PIS e Cofins sobre imobilizado	-	(29.413)

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. em 31 de Dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento, no registro das transações e no reconhecimento da receita.
Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.
Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse

respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 24 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Farrapeira Muller
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Farrapeira Muller
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.